



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. II (2001)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Carlos Alberto González Sánchez. 1999. *Los Mundos del Libro. Medios de difusión de la cultura occidental en las Indias de los Siglos XVI y XVII. Sevilla, Universidade de Sevilla, 260 pp.* [recensão]

Ana Isabel Buescu 

Como Citar | How to Cite

Buescu, Ana Isabel. 2001. «Carlos Alberto González Sánchez. 1999. *Los Mundos del Libro. Medios de difusión de la cultura occidental en las Indias de los Siglos XVI y XVII. Sevilla, Universidade de Sevilla, 260 pp.* [recensão]». *Anais de História de Além-Mar* II: 451-455.
<https://doi.org/10.57759/aham2001.46958>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2001. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2001. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

CARLOS ALBERTO GONZÁLEZ SÁNCHEZ – *Los Mundos del Libro. Medios de difusión de la cultura occidental en las Indias de los Siglos XVI y XVII*, Sevilha, Universidade de Sevilha, 1999, 260 pp.

Os «mundos do livro», que dão título à presente obra, começaram por ser uma aventura marginal para o seu autor. No âmbito de uma investigação sobre os níveis de fortuna de imigrantes europeus na América espanhola dos séculos XVI e XVII ¹ com base em inventários *post-mortem*, González Sánchez foi progressivamente confrontado com uma presença abundante e assídua, com que não contara à partida: os livros. Com efeito, entre os despojos de homens e mulheres que com as mais variadas motivações haviam partido da Europa cruzando o mar oceano em demanda do Novo Mundo, estavam também, com frequência e de forma importante, esses objectos culturais. A noção de que o estudo da colonização das Índias ficaria incompleto sem atender à presença dos livros ou, como diz o autor, a um dos meios decisivos que a civilização europeia utilizou na conquista do Novo Mundo (p. 19), levou González Sánchez a conceder-lhes um protagonismo que inicialmente não previra.

Se o livro se torna, à partida um pouco casualmente, tutelar na sua dissertação de doutoramento, ele será o objecto central desta obra publicada em Sevilha em 1999, que pretende sobretudo «contribuir al conocimiento de la difusión de la cultura hispano-europea en las Indias de los siglos XVI y XVII» (p. 22). Não foram só, como se diz, ambições sociais e económicas, sonhos individuais de riqueza, glória ou fortuna, que cruzaram o Atlântico. No horizonte da «revolução do impresso» que desde meados do século XV tão profundamente alterava na Europa a reprodução e difusão da palavra escrita, naus e galeões transportaram também «toda una civilización, un bagaje cultural en parte materializado y plasmado en la letra impresa [...]» (p. 24). É pois a presença, difusão e circulação da cultura escrita hispânica e, de modo mais lato, europeia, na América espanhola dos séculos XVI e XVII, o objecto deste estudo.

A fonte privilegiada na investigação anterior foram, como vimos, os inventários *post-mortem* de imigrantes nas Américas. Nesta obra, González Sánchez trabalhará sobre dois tipos de fontes: em primeiro lugar, os *Bienes de Difuntos*, denominação genérica dos bens pertencentes a espanhóis falecidos nas colónias, sem legítimos herdeiros, que a Coroa tutelava para os fazer voltar à Península, documentação conservada na secção da Contratación do Archivo General de Indias, em Sevilha, e que inclui cerca de 20 000 processos; em segundo lugar, os *Registros de Naos*, inventários sistemáticos realizados pelos oficiais da Casa de la Contratación relativos à totalidade da carga transportada, nos dois sentidos, entre a Europa e as Américas. Com este procedimento a Coroa procurava garantir o monopólio do tráfico oceânico e, no caso dos livros, esse controlo passou a ser acrescido, a partir da década de 50 do século XVI, da fiscalização do Santo Ofício, empenhado em evitar «el tránsito de autores y textos incluidos en el Índice o considerados perniciosos en la aculturación de los indios» (p. 45). É justamente esta dupla fiscalização que explica, como assinala González Sánchez, o rigor da especificação dos livros que

¹ Que culminaria na dissertação de doutoramento intitulada *Dineros de ventura. La varia fortuna de la emigración a Indias (siglos XVI y XVII)*, publicada em Sevilha em 1995.

seguiram a bordo (ao contrário do que sucede nos *autos* dos bens de defuntos, menos precisos) e, consequentemente, o potencial de informação destes registos para a história cultural, em concreto para a história do livro na América espanhola.

O número total dos livros contabilizados por González Sánchez na sondagem que efectua a partir desta importante massa documental constituída pelos registos de navios – nos anos de 1583, 1584 e 1605 – e pelos processos dos bens de defuntos entre 1558 e 1697 ascende a 8119, dos quais foi possível identificar 6490. Mas os aspectos relativos à inventariação, contabilização e identificação dos livros presentes na documentação tratada não é, para o autor de *Los Mundos del Libro*, um fim em si próprio; com efeito, o estudo quantificado da presença do objecto impresso nas fontes estudadas é o instrumento de uma construção mais vasta que procura averiguar, a partir daqueles dados empíricos, a presença e os *modos* da presença da cultura escrita europeia no Novo Mundo na Época Moderna. Vejamos então, de forma sucinta, o modo como González Sánchez dá corpo a esse projecto.

O capítulo 1, intitulado «Los horizontes de una aventura historiográfica» (pp. 25-45), constitui um excelente e actualizado ponto de situação sobre os caminhos que a história do livro e da leitura tem trilhado nos últimos trinta anos, no campo mais vasto de uma nova história cultural aberta não só ao quantitativo e ao serial, mas também aos contributos das diferentes ciências sociais, como a sociologia e a antropologia, e ainda da literatura e das próprias ciências da linguagem. Este balanço dá naturalmente uma atenção especial – embora não exclusiva – ao caso da historiografia espanhola, num campo de estudos que, neste caso, sofreu um impulso decisivo nos anos 80, na sequência dos trabalhos pioneiros, na década anterior, de hispanistas prestigiados, como Bartolomé Bennassar e Maxime Chevalier. No que respeita à problemática específica da história do livro na América espanhola, González Sánchez salienta sobretudo o longuíssimo caminho que há ainda a percorrer, destacando alguns estudos, como é o caso da já clássica obra de I. A. Leonard, *Books of the Braves*, publicada em 1949, que continua hoje a ser um trabalho de referência indispensável para a investigação da presença do livro no Novo Mundo.

Feito este balanço, o autor passa então à análise do «lugar» do livro na Carreira das Índias, enfatizando os mecanismos de controlo e fiscalização a que os livros, tal como qualquer outra mercadoria ou objecto, estavam sujeitos antes de cruzarem o oceano em direcção às Américas. A partir de 1503, com a criação da Casa de la Contratación, a fiscalização sobre os livros que partem para as Américas passou a ser uma realidade, estabelecendo além disso o monopólio de mercadores e livreiros espanhóis no Novo Mundo. Este controlo tornou-se ainda mais preciso quando, em 1550, no quadro das convulsões religiosas que assolavam a Europa, o imperador Carlos V ordenou aos oficiais da Casa de la Contratación a identificação e registo individual de todas as obras enviadas nos navios (p. 53). Pouco depois, tal controlo administrativo passou a ser complementado pela censura inquisitorial. Este crivo apertado ajuda a explicar as potencialidades desta documentação até 1660, quando a identificação dos livros nos registos dos navios deixa de ser prática corrente, o que compromete as possibilidades da investigação a partir daquela data (p. 55).

Num outro plano, González Sánchez sublinha ainda a atenção que os monarcas espanhóis, desde os Reis Católicos, deram à arte tipográfica, assinalando como ela foi um instrumento de prestígio que os reis promoveram, mas também desde muito cedo objecto de um controlo e fiscalização por parte da Coroa, empenhada em salvaguardar as dominantes culturais e a ortodoxia católica. Com a cisão religiosa na Europa do século XVI e o perfilar do espírito da Contra-Reforma, esse controlo da difusão da palavra escrita tornar-se-ia ainda mais rigoroso, processo em que a Coroa se comprometeu de forma decisiva. O Autor analisa com algum detalhe certas medidas legislativas dos monarcas espanhóis relativas ao controlo dos livros, com destaque para Filipe II, cujo zelo em preservar a ortodoxia católica em todos os seus domínios o fez, por exemplo, confiscar e incluir no Índice

inquisitorial livros de missionários, e condicionar fortemente a impressão e circulação de vocabulários das línguas autóctones, bem como de traduções de obras de cariz religioso para línguas nativas.

Procurando contextualizar histórica e culturalmente a análise dos registos de navios dos anos escolhidos para a sua sondagem, na transição entre os séculos XVI e XVII, o Autor ensaia uma panorâmica sobre a viagem dos livros até às Américas entre finais do século XV e meados do século XVI. Apesar de não haver uma informação seriada e homogénea, é possível estabelecer algumas tendências e dominantes, à cabeça das quais está o motivo central dessa viagem dos livros – a alfabetização e a evangelização – e, consequentemente, a preponderância do papel do clero na mediação da cultura escrita nas Américas. Neste sentido se explica o predomínio dos livros religiosos e da gramática sobre todos os outros (pp. 73-79).

A sondagem que González Sánchez efectua com base nos registos de navios dos anos de 1583, 1584 e 1605, sobre os quais incidirá esta parte do seu estudo (cap. III), procura fundamentalmente estabelecer o volume e a natureza dos livros e detectar, nesta transição entre os séculos XVI e XVII, «possibles diferencias o cambios de tendencias respecto a los años y siglos anteriores» (p. 80). Vejamos os números. Para os anos de 1583 e 1584, o número total de livros registados é 824, dos quais 544 (66%) são de conteúdo laico e 280 (34%) de cariz religioso; quanto aos registos de 1605, para um total de 2098 livros, 1613 (76,8%) são de índole religiosa e apenas 485 (23,2%) de carácter profano. É fundamentalmente esta divisão entre livros religiosos e profanos, por sua vez divididos em matérias², que organiza uma análise rigorosa e sistemática de autores e obras, análise que não é apenas, sublinhe-se, serial e estatística, mas que procura ancorar esses dados numa perspectiva sócio-cultural mais alargada. É o caso – apenas a título de exemplo – da constatação do extraordinário protagonismo do género espiritual entre os livros de cariz religioso, com destaque para a frota de 1605, em que 50% daqueles livros são de tema espiritual, registando-se 325 exemplares da obra de Frei Luís de Granada, *Libro de la oración y meditación*, impresso pela primeira vez em Lisboa, em 1554, um dos livros mais lidos, segundo Marcel Bataillon, nos séculos XVI e XVII. Ora González Sánchez não se limita a verificar estes dados, mas procura explicá-los e situá-los quer em termos ideológicos e culturais e da própria conjuntura histórica, quer em termos das correntes da espiritualidade, para aqui retomarmos uma expressão de Bataillon. Quanto aos livros profanos (pp. 97-108), o Autor destaca os temas mais representados, ou seja, os livros de carácter científico-técnico, jurídico e humanístico, mas também a literatura, que no caso da frota de 1605 representa mais de 60% da totalidade dos livros de carácter laico, demorando-se na referência às obras e autores mais representados em cada uma das categorias referidas. Num último e interessante subcapítulo, intitulado «La fantasía y la salvación: libros para la travesía» (pp. 108-115), González Sánchez procura ainda sondar uma outra realidade: os livros que quer passageiros quer tripulantes levavam e porventura liam durante a longa travessia até ao Novo Continente, tarefa para a qual existe uma fonte preciosa: as visitas que a Inquisição realizava aos navios chegados aos portos de destino.

Mas a apreciação do trânsito dos livros para o Novo Mundo não pode, como sublinha o Autor, limitar-se aos registos dos livros enviados em sistema de monopólio e no quadro dos mecanismos de controlo régio e, a partir de certa altura, inquisitorial; torna-se neces-

² Os livros de temática religiosa são divididos pelo Autor nas seguintes matérias: Espiritual, Teologia, Oração e Liturgia, Teologia moral, Cânones, Oratória e Hagiografia; os de temática laica, por seu turno, dividem-se nas categorias seguintes: Científico-técnico, Jurídico, Literatura, Gramática, História, Clássicos e Humanistas, esta última ausente da classificação dos livros laicos dos registos relativos à frota de 1605.

sário também considerar uma outra perspectiva, que lhe é evidentemente complementar, e que tem a ver com a recepção dos livros no Novo Mundo: a quem são destinados? Quem os recebe? Quem os compra? São estas algumas das questões a que González Sánchez procura responder no capítulo iv (pp. 117-151). A maior parte dos livros registados em Sevilha destinava-se a comerciantes que os vendiam directamente aos seus principais clientes – as ordens religiosas e os centros de ensino –, fornecendo também outros mercadores-livreiros, uns estabelecidos, outros ambulantes. Para ilustrar a realidade do mercado do livro na América espanhola de inícios do século xvii, o Autor estudará os casos de dois mercadores-livreiros de Lima, no Peru, que lhe parecem suficientemente ilustrativos, já que desde meados do século xvi o Peru era dos principais focos de atracção da emigração peninsular, e Lima um centro económico, administrativo e cultural importante, que «contaba com universidad, imprenta y un importante número de clérigos, funcionarios, profesionales y hombres de negocios, es decir, un emplazamiento ideal para librerías y mercaderes» (p. 119).

Os dois exemplos escolhidos são inventários *post-mortem* dos *Bienes de Difuntos* acima referidos, e constituem sem dúvida uma amostragem preciosa para aferir e avaliar da circulação da cultura escrita – livros mas também estampas – na América espanhola no primeiro quartel do século xvii. Trata-se dos inventários (1603) de Pedro Durango, mercador-livreiro ambulante, que além de outros bens de diversa ordem, inclui 1204 livros, e de Cristóbal Hernández († 1619), possuidor de um local de venda de roupa velha e livros, que contém 1718 livros, números que González Sánchez considera muito expressivos, tanto em termos absolutos como em termos relativos. Neste último caso, o inventário inclui também o espantoso número de 8024 estampas com imagens, o que remete, sem dúvida, para o papel fulcral da comunicação visual, quer de carácter religioso quer lúdico, numa sociedade maioritariamente não alfabetizada.

Os conteúdos destes inventários são minuciosamente analisados de acordo com os mesmos critérios utilizados para os livros dos registos de naus. A avaliação de autores, obras, temas, número de exemplares é o instrumento a partir do qual González Sánchez tenta sistematizar a oferta cultural, os públicos específicos e as orientações de gosto no que respeita ao objecto impresso na América espanhola no início do século xvii. Contudo, no caso do inventário de Durango, a análise é menos concludente, uma vez que só foi possível identificar metade dos livros arrolados. Mas enquanto neste inventário os livros de história (17%) e de literatura (13,5%) são mais abundantes, no de Cristóbal Hernández, cerca de 55% correspondem a obras de conteúdo religioso.

Se, de uma forma geral e com algumas excepções, se torna extremamente difícil averiguar em concreto os destinatários e possuidores dos livros, é contudo possível ensaiar uma aproximação a este problema, o que o Autor fará através de mais uma sondagem nessa enorme massa documental, que agora começa a ser explorada, constituída pelos Autos dos *Bienes de Difuntos*, fonte que González Sánchez já anteriormente havia tratado. Dos 1081 inventários *post-mortem* de imigrantes na América espanhola falecidos sem deixar herdeiros analisados pelo Autor, entre os anos de 1558 e 1697, 186 contêm livros, cujo número ascende a 2351. É portanto sobre esta amostragem que o Autor fará incidir a sua análise, que contempla, entre outros aspectos, o estabelecimento da distribuição cronológica dos inventários, grupos sócio-profissionais, média de livros por inventário e sua evolução, distribuição por temas (laicos e religiosos), níveis de fortuna e número de livros, preço dos livros (pp. 153-200).

Começando por assinalar, de forma pertinente, que a presença de livros em inventários deste tipo não é um indício seguro de alfabetização (p. 154), González Sánchez chega a algumas conclusões significativas, a que nos referiremos de forma breve. Em termos absolutos, destaca-se o carácter maioritariamente funcional da posse dos livros, ou seja, pontificam os estratos sociais e profissionais para os quais a leitura é uma exigência; e nestes, o protagonismo maior é, sem surpresa, para os clérigos, «los principales agentes

culturales de la América colonial, donde ejercieron el control y monopolio del sistema educativo y, em buena medida, de la cultura escrita» (p. 160). 90% dos inventários dos clérigos incluem livros, que em termos absolutos representam 45% do total de livros inventariados. Quanto à estrutura temática, a impossibilidade de identificar quase metade dos livros dificulta uma análise mais rigorosa, mas em todo o caso é possível detectar uma (lógica) predominância dos de temática religiosa sobre os de temática laica, que no entanto se encontra representada de forma expressiva. O Autor não deixa, também aqui, de inventariar autores e títulos das obras identificadas, procurando tipificar, sempre que possível e relativamente a cada campo – religião, direito, gramática, literatura, história, clássicos, técnico-científico – os autores e as obras de circulação mais intensa.

Depois de uma Bibliografia concisa, actualizada, que no entanto não contempla, provavelmente por lapso, todas as obras citadas em nota de rodapé, o Autor publica, em Apêndice (pp. 213-260), a documentação consultada: os registos dos livros partidos nas frotas de 1583, 1584 e 1605, os inventários de Pedro Durango e de Cristóbal Hernández, os livros constantes dos autos dos *Bienes de Difuntos* e a relação dos imigrantes a que estes autos respeitam. Para além da sua importância intrínseca, esta documentação tem para nós um interesse suplementar, já que encontramos, e com relativa abundância, a presença de vários autores e obras portuguesa. É o caso, por exemplo, de três exemplares de *Os Lusíadas* de Luís de Camões, cinco da muito difundida obra de Frei Heitor Pinto, *Imagens da Vida Cristã*, doze exemplares da gramática latina do jesuíta Manuel Álvares, e ainda autores como Jerónimo Osório, Aires Pinhel, Jerónimo Corte-Real, além de algumas obras relativas a Portugal no quadro da monarquia dual.

A obra *Los Mundos del Libro. Medios de Difusión de la Cultura Occidental en las Indias de los Siglos XVI y XVII* é um excelente estudo, inovador e rigoroso, quer em termos de problemáticas quer em termos metodológicos. E um dos seus vários méritos é, sem dúvida, a escolha das fontes estudadas, tradicionalmente consideradas sobretudo sob o prisma da história económica, que o Autor aqui «reinventa», modelarmente, para um campo historiográfico distinto. A obra de González Sánchez sobre a presença do livro e da cultura escrita na América espanhola, tendo por base a enorme massa documental constituída pelos registos das frotas e pelos inventários dos *Bienes de Difuntos*, representa uma abertura importante e certamente decisiva para investigações ulteriores que, como assinala o Autor, em Espanha começam agora a dar os seus frutos.

ANA ISABEL BUESCU

Centro de História de Além-Mar

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

LUIZ FILIPE DE ALENCASTRO, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, 525 pp.

As correntes historiográficas mais recentes sobre a escravatura da época moderna concebem-na como um dos mais significativos elementos que permitiram a incorporação do Novo Mundo na economia internacional. Partindo do princípio de que os imensos e fertilíssimos terrenos agrícolas americanos por si só de pouco valiam, estas teses consideram que a integração da América na economia mundial ocorreu com a introdução regular de escravos africanos. Foi o trabalho coercitivo dos negros que permitiu que os países europeus beneficiassem amplamente das suas conquistas no Novo Mundo, quer se considere o caso do açúcar no Brasil, Antilhas ou Caraíbas, das peles, peixe e ma-